

# PARECER INDEPENDENTE DE PÓS EMISSÃO

Debênture Verde da ISA CTEEP



**SITAWI Finanças do Bem**

Rua Voluntários da Pátria, 301/301 – Botafogo

22270-003 – Rio de Janeiro/RJ

[contact@sitawi.net](mailto:contact@sitawi.net) | +55 (21) 2247-1136

09 de julho de 2019

 **SITAWI**  
FINANÇAS do BEM

# Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 4 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRI 2018 e a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida. Até o momento, atuamos em todas as emissões de títulos verdes no mercado brasileiro.

## Sumário

I. Escopo .....	2
II. Opinião.....	3
III. Alocação dos Recursos .....	5
IV. Impacto dos Projetos .....	7

# I. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente de Pós Emissão é prover uma opinião sobre a conformidade da sétima emissão de debêntures simples realizada em 2018 pela COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA, cujo nome fantasia é ISA CTEEP, como Título Verde ('Green Bond'). Os recursos dessa emissão vêm sendo utilizados para pagamentos e reembolso dos custos relacionados à implementação de oito projetos de transmissão de energia elétrica.

A ISA CTEEP é uma concessionária privada de transmissão de energia elétrica que opera no Brasil e é controlada pela colombiana Interconexión Eléctrica S.A. A companhia foi fundada em 1999 e é a maior operadora de linhas de transmissão privada no Brasil, com um total de 18.633 km.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de análise, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)<sup>1</sup>, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Características da emissão e processo de alocação de recursos para os projetos verdes elencados durante a pré-emissão;
- Análise dos impactos socioambientais atuais e futuros gerados pela empresa e pelos projetos.

A análise desse parecer utilizou informações e documentos fornecidos pela ISA CTEEP, sendo alguns de caráter confidencial; pesquisa de mesa; além de outros elementos adquiridos em entrevistas com equipes responsáveis pela emissão da debênture e pela gestão empresarial, realizadas no escritório da empresa. Esse processo foi realizado ao longo de março e abril de 2019.

Este parecer atualiza a análise pré-emissão, que foi realizada pela SITAWI em março de 2018, e que avaliou o enquadramento das debêntures como títulos verdes. O relatório pré-emissão foi disponibilizado publicamente no site da CTEEP e também como anexo da escritura da emissão.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade.

---

<sup>1</sup> <http://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/GBP-2016-Final-16-June-2016.pdf>

## II. Opinião

Com base na avaliação realizada, a emissão de debêntures da CTEEP de 2018 mantém todas as credenciais ambientais e sociais necessárias para ser caracterizada como Título Verde.

Essa conclusão é baseada nas duas análises a seguir:

- Alocação dos recursos
  - a. Os ativos verdes não foram objeto de outras emissões de Títulos Verdes;
  - b. Os projetos que receberam recursos da emissão das Debêntures Verdes, a saber, linhas de transmissão de energia e subestações, são os mesmos identificados durante a fase pré-emissão;
  - c. Os recursos temporariamente não alocados nos projetos verdes vêm sendo mantidos em instrumentos financeiros que não são passíveis de financiamento de atividades com impacto negativo sobre o clima;
  - d. A emissora vem informando anualmente os investidores e a Avaliadora Externa ('SITAWI') acerca do status de alocação dos recursos em projetos verdes.
  
- Impacto dos projetos
  - a. Os projetos geram adicionalidades climáticas através da transmissão de energia renovável não convencional e através da redução de perdas de energia por melhoria na qualidade da infraestrutura do Sistema Interligado Nacional (SIN);
  - b. Identificamos que os projetos elencados podem ajudar no atingimento dos ODS 7 (energia limpa e acessível), 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e 13 (ação contra a mudança global do clima);
  - c. A ISA CTEEP vem adotando medidas efetivas para mitigação dos impactos locais causados pela implementação das linhas de transmissão;
  - d. A emissora publicou em seu website informações acerca dos projetos financiados pelas Debêntures Verdes, assim como sobre as externalidades ambientais geradas por estas;
  - e. Dessa maneira, consideramos a empresa apta a gerir e mitigar riscos socioambientais dos projetos que receberão os recursos remanescentes das Debêntures Verdes.

### Equipe técnica responsável



**Gustavo Pimentel**  
Sócio-Diretor  
[gpimentel@sitawi.net](mailto:gpimentel@sitawi.net)



**Cristóvão Alves**  
Consultor-Sênior  
[calves@sitawi.net](mailto:calves@sitawi.net)

Rio de Janeiro, 09/07/2019

## Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida, fornecedora ou cliente da ISA CTEEP ou de suas subsidiárias. A SITAWI declara, desta forma, estar apta a emitir uma opinião independente alinhada aos Green Bond Principles

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI<sup>2</sup> não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

Nesse sentido, também frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento ou compra dos títulos, assim como também não servem para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

---

<sup>2</sup> A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

### III. Alocação dos Recursos

#### Uso dos Recursos

Os recursos da emissão da Debênture Verde vêm sendo destinados para pagamentos e reembolso dos custos relacionados com projetos de construção de infraestruturas de transmissão de energia elétrica por intermédio de SPEs, controladas pela ISA CTEEP. Os projetos de transmissão de energia estão em fase pré-operacional e devem iniciar a operação entre 2021 e 2022.

A captação dos recursos através da debênture verde foi concluída em maio de 2018, no valor de R\$ 621 milhões. Esses recursos serão destinados no prazo de até 24 meses contados do prazo de encerramento nos 8 projetos de transmissão identificados. O demonstrativo de recursos alocados nos projetos até o momento aparece na tabela abaixo:

Tabela 1 - Fontes de financiamento dos ativos de transmissão financiados pela debênture verde

Projeto (SPEs)	Recursos totais (R\$ MM)*	Fontes de financiamento (R\$ MM)			
		Debênture Verde**	% dos recursos já captados alocados nos projetos	Bancos de Fomento e Outras Debêntures***	Receita gerada
Interligação Elétrica Itaúnas S.A.	298,0	84,9	53,1%	184,2	28,9
Interligação Elétrica Itaquerê S.A.	398,0	65,1	100,0%	311,3	21,6
Interligação Elétrica Itapura S.A. (lote 25)	126,0	19,3	36,8%	104,3	2,4
Interligação Elétrica Tibagi S.A.	135,0	21,3	58,7%	111,1	2,6
Interligação Elétrica Aguapeí S.A.	602,0	126,0	9,1%	447,0	29,1
Interligação Elétrica Ivaí S.A.	1.937,0	113,2	20,0%	1.756,1	67,7
Interligação Elétrica Aimorés S.A.	342,0	70,2	15,7%	263,4	8,4
Interligação Elétrica Paraguaçu S.A.	510,0	103,8	14,0%	395,5	10,7
<b>Total</b>	<b>4.348,0</b>	<b>603,9</b>	<b>189,45****</b>	<b>3.572,8</b>	<b>171,3</b>

\* Valores não ponderados por participação acionária da ISA CTEEP nos projetos

\*\* Volume líquido

\*\*\* A serem emitidas pela própria ISA CTEEP ou pelas SPEs

\*\*\*\* Em milhões de reais

A tabela 1 acima garante que o valor dos projetos elegíveis é maior do que o da emissão de títulos verdes, reduzindo o risco de que haja recursos não alocados no projeto.

A escritura da debênture restringe os dispêndios à implementação de sistemas de transmissão, listados na Tabela 1. Isso garante que os recursos serão aplicados para apoiar a transmissão de energia renovável, categoria elegível à classificação de Título Verde, como veremos ao longo dessa seção.

Podemos então concluir que os projetos sendo financiados por meio da Debênture Verde foram definidos e formalizados na escritura da emissão. Os recursos já foram parcialmente alocados nos projetos definidos, de acordo com a escritura. Os projetos estão alinhados com a estratégia da ISA CTEEP e possuem benefícios ambientais, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e com a transição para uma economia de baixo carbono.

## Gestão dos Recursos

Foi realizada a emissão de uma Debênture Simples conforme as regras da Instrução CVM 400, no valor de R\$ 621 MM. Esse valor representa, aproximadamente, 14,3% do custo total (R\$4.348 MM) estimado para os projetos, conforme indicado na Tabela 1.

Os recursos são gerenciados pela tesouraria da ISA CTEEP, por meio de sistema interno, até sua alocação completa nos projetos descritos e definidos na escritura da emissão. Temporariamente, os recursos poderão ser utilizados para outras atividades do negócio da empresa, sejam elas operacionais, de financiamentos ou de aplicações financeiras.

A política de investimento temporário da companhia está definida no item 5.2 do Formulário de Referência da mesma, que afirma que sua carteira de investimento será composta de, no mínimo, 80% de títulos públicos federais e/ou emissores de baixo risco, com um limite de juros que acompanhe, no mínimo, 95% da variação do CDI ou SELIC. Esse compromisso reduz significativamente o risco de investimento temporário dos recursos captados em ativos que não estejam em conformidade com os objetivos ambientais e climáticos da debênture, como, por exemplo, atividades relacionadas a combustíveis fósseis. No entanto, vale ressaltar que analisando os fundos de investimento onde a ISA CTEEP investiu em 2017 e 2018, foi identificada uma pequena participação (cerca de 1%) em títulos do setor de Óleo e Gás.

Além disso, a escritura prevê cláusulas que implicam multas caso os recursos não sejam destinados para os projetos elegíveis identificados na seção anterior. O valor da multa é de 20% do valor dos recursos não alocados corretamente.

Também é importante frisar a característica de debênture de infraestrutura incentivada da emissão, já que os projetos a serem financiados enquadram-se como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia. Assim, a debênture também deve observar o disposto na Lei nº12.431/11 para não perder o benefício gerado pelo tratamento tributário especial.

Todo o processo de gestão de recursos vem sendo alvo de auditorias contábeis no contexto das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) da emissora.

Por fim, a ISA CTEEP estima que os recursos serão totalmente destinados para as SPEs até 2022, quando as obras estarão concluídas. Até o momento, 31,4% dos recursos captados já foram alocados nos projetos.

Com base na análise realizada sobre a gestão de recursos, podemos concluir que existe um procedimento claro e transparente para garantir que os recursos sejam destinados a projetos que sustentam a classificação de Título Verde da emissão. Os recursos parcialmente desembolsados foram alocados devidamente nos projetos selecionados. A gestão temporária dos recursos não desembolsados também está em linha com os *Green Bond Principles*.

## Relato

A emissora publicou em seu website um relatório de impacto que descreve, além da alocação dos recursos do Título Verde, os impactos ambientais e sociais dos projetos financiados e status das licenças ambientais, em linha com as informações apresentadas na seção anterior. A empresa também se compromete a atualizar esse relatório anualmente até a maturidade da debênture.

Os compromissos e informações aqui descritos foram objeto de uma avaliação externa, realizada pela SITAWI antes da emissão e 12 meses após a emissão. O parecer independente foi divulgado junto com a escritura da emissão para potenciais investidores.

Dessa maneira, concluímos que a empresa definiu de maneira clara o conteúdo e a forma de reporte dos indicadores financeiros e ambientais a serem comunicados para seus *stakeholders*. Esses critérios foram seguidos na formulação do primeiro relatório de impacto publicado pela empresa.

## IV. Impacto dos Projetos

### Benefícios Ambientais e Climáticos

O principal benefício climático gerado pelos projetos está associado ao aumento no volume de transmissão de energia renovável não convencional (eólica, solar, termelétricas a biomassa e pequenas centrais hidrelétricas - PCH). Esse benefício será demonstrado pela variação do “Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes”, conforme consta na escritura. Nesse indicador, cada Usuário Verde representa uma usina geradora de energia renovável não convencional. Assim, o indicador é composto das seguintes variáveis:

- Número de usuários do sistema que geram energia renovável não convencional (Usuários Verdes): mostra a quantidade de usuários que produzem energia renovável;
- Faturamento com transmissão de energia renovável (R\$): demonstra a disponibilidade do sistema para transmitir energia gerada pelos Usuários Verdes.

Não é possível estimar o benefício ambiental dos projetos antes que esses entrem em funcionamento, no entanto, o resultado desse indicador para a ISA CTEEP já mostra o aumento da importância da transmissão de energia verde para a empresa entre 2017 e 2018.

Tabela 2 – Linha de Base de Benefícios Ambientais das Linhas de Transmissão da ISA CTEEP

Benefício Ambiental (*)	2018			2017			Var (%)
	Clientes Verdes	Total de Clientes	Representatividade (%)	Clientes Verdes	Total de Clientes	Representatividade (%)	
Número de usuários verdes (**)	599	872	68,69	522	793	65,83	14,75
Faturamento com usuários verdes (R\$)	4.047	218.881	1,85	3.930	231.067	1,7	2,97

(\*) Benefício ambiental é medido com base na carteira total de clientes da CTEEP


(\*\*) Usuários verdes da carteira CTEEP: geram energia por meio de usinas eólicas, solar, biomassa e PCHs.



## Gestão dos Impactos Socioambientais Adversos


A empresa identificou os principais impactos ambientais e sociais do projeto, assim como ações para mitigação de riscos, no nível de cada projeto, conforme os quadros abaixo.

### SPE 1 – Interligação Elétrica Paraguaçu S.A.


<b>Descrição do projeto:</b> Linha de Transmissão, de 500 kV, com extensão aproximada de 338 km, com origem na Subestação Poções III e término na Subestação Padre Paraíso 2 e infraestrutura associada.	<b>Estado:</b> BH e MG	<b>Início do desenvolvimento:</b> Fev-2017
	<b>Recursos da debênture aplicados:</b> R\$14,5 milhões (14% do total)	<b>Término previsto:</b> Fev-2022
<b>Impactos positivos:</b> Expansão do sistema de ligação regional nordeste-sudeste. Em 2016, a geração eólica representou 7% da matriz elétrica brasileira, sendo que 52% foi proveniente da região Nordeste. A linha de transmissão irá diminuir a dependência de energia nos principais centros de carga (Sudeste) de geração de estados longínquos, a partir da redução das perdas de energia na transmissão. Como consequência, as emissões de gases de efeito estufa na geração de energia também irão diminuir. O projeto também irá elevar a disponibilidade de bens e serviços na região.		
<b>Principais riscos:</b> A linha cruzará uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a Área de Proteção Ambiental (APA) Estadual do Alto do Mucuri. Os principais impactos são: (i) aumento da fragmentação da paisagem e incidência de efeito de borda, devido à supressão de vegetação; (ii) Interferência em comunidades quilombolas		
<b>Ações de mitigação:</b> Realização, no âmbito do Plano Básico Ambiental (PBA), dos seguintes programas: Programa de Gestão Ambiental; Programa de Supressão Vegetal; Programa de Resgate de Flora; Programa de Reposição Florestal; PBA Quilombola; Programa de Seleção e Contratação de mão de obra; Compensação às Unidades de Conservação.	<b>ODS relacionados:</b> 	

### SPE 2 – Interligação Elétrica Aimorés S.A.


<b>Descrição do projeto:</b> Linha de Transmissão, de 500 kV, com 208 km, com origem na Subestação Padre Paraíso 2 e término na Subestação Governador Valadares 6 e infraestrutura associada.	<b>Estado:</b> MG	<b>Início do desenvolvimento:</b> Fev-2017
	<b>Recursos da debênture aplicados:</b> R\$10,9 milhões (16% do total)	<b>Término previsto:</b> Fev-2022
<b>Impactos positivos:</b> Expansão do sistema de ligação regional Nordeste-Sudeste. Em 2017, a geração eólica representou 7,2% da matriz elétrica brasileira, sendo que 52% foi proveniente no Nordeste. A linha irá reduzir a dependência de energia nos principais centros de carga (Sudeste) de geração de estados longínquos, reduzindo as perdas de energia na transmissão e emissões de gases de efeito estufa na geração. O projeto também contribuirá para incremento no mercado de bens e serviços na região e geração de emprego.		
<b>Principais riscos:</b> A linha cruzará uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a Área de Proteção Ambiental (APA) Jordânia e a Área de Proteção Ambiental Marinha (APAM) Sussuarana. Esse projeto tem como principais impactos: (i) Aumento da fragmentação da paisagem e incidência de efeito de borda, devido à supressão de vegetação; (ii) Interferência em comunidades quilombolas.		

<p><b>Ações de mitigação:</b> Realização, no âmbito do Plano Básico Ambiental (PBA), os seguintes programas: Programa de Gestão Ambiental; Programa de Supressão Vegetal; Programa de Resgate de Flora; Programa de Reposição Florestal; PBA Quilombola; Programa de Seleção e Contratação de mão de obra;</p>	<p><b>ODS relacionados:</b></p> 
--	--


### SPE 3 – Interligação Elétrica Itaúnas S.A.

<p><b>Descrição do projeto:</b> Linha de Transmissão, de 345 kV, com extensão de 79 km, com origem na Subestação Viana 2, término na Subestação João Neiva 2 e infraestrutura associada; Subestação João Neiva 2 de 345/138 kV - 13,8 kV.</p>	<p><b>Estado:</b> ES</p>	<p><b>Início do desenvolvimento:</b> Fev-2017</p>
	<p><b>Recursos da debênture aplicados:</b> R\$45,1 milhões (53% do total)</p>	<p><b>Término previsto:</b> Fev-2022</p>
<p><b>Impactos positivos:</b> Atender ao crescimento da demanda de energia no Estado do Espírito Santo e aumento do grau de confiabilidade da região.</p>		
<p><b>Principais riscos:</b> O maior impacto ambiental desse projeto será a supressão vegetal.</p>	<p><b>ODS relacionados:</b></p> 	
<p><b>Ações de mitigação:</b> Serão realizadas recomposições florestais para compensar o impacto da supressão vegetal.</p>		


### SPE 4 – Interligação Elétrica Ivaí S.A.

<p><b>Descrição do projeto:</b> Linha de Transmissão, de 525 kV, com extensão aproximada de 173 km, da subestação Foz do Iguaçu até a subestação Guaíra; Novo Pátio na Subestação Guaíra; Linha de Transmissão, de 525 kV, com extensão de 260 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; Novo Pátio de 525 kV na Subestação Sarandi; Linha de Transmissão, de 525 kV, com 65km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina (Eletrosul); Linha de Transmissão, de 230 kV, com 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranavaí Norte; Nova Subestação Paranavaí Norte de 230/138 kV.</p>	<p><b>Estado:</b> PR</p>	<p><b>Início do desenvolvimento:</b> Fev-2017</p>
	<p><b>Recursos da debênture aplicados:</b> R\$22,6 milhões (20% do total)</p>	<p><b>Término previsto:</b> Fev-2022</p>
<p><b>Impactos positivos:</b> Melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema de energia elétrica entre a região noroeste do estado do Paraná e oeste do estado de São Paulo. Além disso, o projeto deve gerar incrementos no mercado local de bens e serviços.</p>		
<p><b>Principais riscos:</b> O principal impacto é a redução de áreas produtivas.</p>	<p><b>ODS relacionados:</b></p> 	
<p><b>Ações de mitigação:</b> Serão criados programas de gestão ambiental e um programa de gestão da faixa de servidão administrativa e de indenizações.</p>		



## SPE 5 – Interligação Elétrica Tibagi S.A.

<p><b>Descrição do projeto:</b> Linha de Transmissão, de 525 kV, com extensão aproximada de 173 km, da subestação Foz do Iguaçu até a subestação Guaíra; Novo Pátio na Subestação Guaíra; Linha de Transmissão, de 525 kV, com extensão de 260 km, com origem na Subestação Guaíra e término na Subestação Sarandi; Novo Pátio de 525 kV na Subestação Sarandi; Linha de Transmissão, de 525 kV, com 65km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Londrina (Eletrosul); Linha de Transmissão, de 230 kV, com 85 km, com origem na Subestação Sarandi e término na Subestação Paranaíba Norte; Nova Subestação Paranaíba Norte de 230/138 kV.</p>	<p><b>Estado:</b> PR</p>	<p><b>Início do desenvolvimento:</b> Fev-2017</p>
	<p><b>Recursos da debênture aplicados:</b> R\$12,5 milhões (59% do total)</p>	<p><b>Termino previsto:</b> Ago-2021</p>
<p><b>Impactos positivos:</b> Melhorar a qualidade e confiabilidade do sistema de energia elétrica entre a região noroeste do estado do Paraná e oeste do estado de São Paulo. Além disso, o projeto deve gerar incrementos no mercado local de bens e serviços.</p>		
<p><b>Principais riscos:</b> O principal impacto é a redução de áreas produtivas.</p>	<p><b>ODS relacionados:</b></p>	
<p><b>Ações de mitigação:</b> Serão criados programas de gestão ambiental e um programa de gestão da faixa de servidão administrativa e de indenizações.</p>		

## SPE 6 – Interligação Elétrica Itaquerê S.A.

<p><b>Descrição do projeto:</b> Três Compensadores Síncronos de Reativos de 500 kV na Subestação Araraquara 2 e infraestrutura associada</p>	<p><b>Estado:</b> SP</p>	<p><b>Início do desenvolvimento:</b> Ago-2017</p>
	<p><b>Recursos da debênture aplicados:</b> R\$ 0 (0% do total)</p>	<p><b>Termino previsto:</b> Ago-2021</p>
<p><b>Impactos positivos:</b> Melhor controle do nível de tensão da região.</p>		
<p><b>Principais riscos:</b> O projeto apresenta baixo risco e foi dispensado do licenciamento ambiental.</p>	<p><b>ODS relacionados:</b></p>	
<p><b>Ações de mitigação:</b> Como boas práticas serão aplicados os procedimentos padrão de gestão ambiental da empresa.</p>		

### SPE 7 – Interligação Elétrica Itapura S.A.

<b>Descrição do projeto:</b> Compensador Estático de 440 kV na Subestação Bauru e infraestruturas associadas.	<b>Estado:</b> SP	<b>Início do desenvolvimento:</b> Ago-2017
	<b>Recursos da debênture aplicados:</b> R\$ 7,1 milhões (37% do total)	<b>Término previsto:</b> Fev-2021
<b>Impactos positivos:</b> Melhor controle do nível de tensão da região.		
<b>Principais riscos:</b> Supressão vegetal.	<b>ODS relacionados:</b>	
<b>Ações de mitigação:</b> Serão realizadas recomposições florestais para compensar o impacto.	 	

### SPE 8 – Interligação Elétrica Aguapeí S.A.

<b>Descrição do projeto:</b> Subestação Alta Paulista de em 440/138 kV; Subestação Baguaçu de 440/138 kV; Linha de Transmissão, de 440 kV, com extensão de 53 km, entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão Marechal Rondon (Taquaraçu) e a Subestação Alta Paulista; Linha de Transmissão, de 440 kV, com extensão de 1 km, entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão de Ilha Solteira (Bauru), e a Subestação Baguaçu; Linha de Transmissão, de 138 kV, com extensão aproximada de 2 km, entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão Flórida Paulista (Presidente Prudente) e a Subestação Alta Paulista; Linha de Transmissão, de 138 kV, com extensão aproximada de 19 km, entre o Ponto de Seccionamento da Linha de Transmissão Nova Avanhandava (Valparaíso) e a Subestação Baguaçu.	<b>Estado:</b> SP	<b>Início do desenvolvimento:</b> Ago-2017
	<b>Recursos da debênture aplicados:</b> R\$ 11,5 milhões (9% do total)	<b>Término previsto:</b> Ago-2021
<b>Impactos positivos:</b> Melhoria do desempenho das redes de Araçatuba, Presidente Prudente e seus entornos		
<b>Principais riscos:</b> Supressão vegetal.	<b>ODS relacionados:</b>	
<b>Ações de mitigação:</b> Elaboração do Plano Básico Ambiental com ações específicas para compensar o impacto da supressão vegetal.	 